



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8888 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT14 - Sociologia da Educação

Escola Pública e o Acesso à Universidade de São Paulo: dos programas de inclusão às cotas
Wilson Mesquita de Almeida - UFABC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

ESCOLA PÚBLICA E ACESSO À UNIVERISADE DE SÃO PAULO: DOS PROGRAMAS DE INCLUSÃO ÀS COTAS.

Resumo: O objetivo da pesquisa foi reconstruir o ingresso de alunos da escola pública na Universidade de São Paulo nas últimas duas décadas. Há 20 anos a USP foi confrontada com os desafios de expandir o acesso a grupos que, historicamente, tinham pouca presença em seu alunado. Naquele contexto, criou propostas alternativas de acesso, enquanto experiências de cotas sociais e raciais estavam sendo implementadas em outras universidades. Entretanto, nos dias que correm, embora mantendo outros processos de entrada, a USP têm adotado as cotas. O texto divide-se em duas partes. Inicialmente, uma exposição de trabalhos empíricos no campo da sociologia da educação sobre estudantes de mais baixa renda. Em seguida, contextualiza-se o acesso à USP e, por meio da análise da literatura, análise documental e entrevistas com pró-reitores de graduação, sistematiza os programas elaborados para incluir mais alunos da educação pública, examinando seus avanços e os limites ainda existentes para garantir um acesso mais equânime de indivíduos de mais baixa renda e negros.

Palavras-Chave: Acesso à USP. Acesso à Universidades Pública. Ações Afirmativas. Cotas. Escola Pública.

Há pouco mais de 20 anos, Alfredo Bosi discutia o fato de que nos anos 1980 egressos do ensino público ingressavam quase três vezes mais do que no início do século XX quando disputavam uma vaga na Universidade de São Paulo (Bosi, 2000, p. 22-3). O que ocorrera nesse intervalo de tempo para que a mais destacada universidade da América Latina se tornasse, cada vez mais, menos aberta aos alunos da escola pública, justamente em um momento no qual as camadas de mais baixa renda começaram a ampliar suas oportunidades educacionais no Brasil? Diversos estudos no campo da sociologia da educação brasileira procuraram entender os avanços e restrições que marcavam o percurso até o ensino superior no início do século XX que então se iniciara. Cabe discuti-los, em seus pontos essenciais, para auxiliar na reflexão sobre a questão enunciada. Avanços porque estávamos adentrando em novo momento de expansão educacional, sobretudo na educação básica, mas também com efeitos na educação universitária. O traço diferencial é que o crescimento vigoroso das matrículas nos ensinos fundamental e médio motivados por fundos de financiamento em nível federal trará para o cenário do ensino superior estudantes com perfil social distinto do aluno

de classe média típico da expansão ocorrida na década de 1970 (Foracchi, 1982; Cardoso e Sampaio, 1994; Sampaio, Limongi, Torres; 2000). Destacam-se, nesta esteira, trabalhos empíricos que procuravam compreender, privilegiando as relações entre família e socialização escolar, as trajetórias longevas de estudantes das camadas populares que conseguiam alcançar o ensino superior (Nogueira, Romanelli, Zago, 2000; Portes, 2001; Zago, 2006; Piotto, 2007). Outros, também abordavam a chegada de segmentos pobres e de mais baixa renda ao ensino superior no Rio de Janeiro (Sousa e Silva, 2003; Dauster, 2003; Pavão, 2004). Restrições porque, à semelhança dos clássicos estudos da sociologia de educação francesa empreendidos na década de 1970 que procuravam entender as transformações ocorridas na educação universitária daquele país (Bourdieu e Passeron; 1964; 1970; Bourdieu e Champagne, 1997; Desautay, 1974); tratavam também de apontar as limitações inerentes ao processo inclusivo brasileiro então em andamento, procurando enfatizar como o ensino superior, ainda que socialmente mais aberto, mantinha disparidades importantes (ALMEIDA ET AL., 1996; VILLAS BOAS, 2001; VARGAS, 2008). Em relação à USP, trabalhos de cunho sociológico da segunda metade da década de 1960 já apontavam para a heterogeneidade de seu corpo estudantil distribuída em distintas carreiras, mesmo que, à época, as classes média – preponderantemente - e alta fossem hegemônicas. (Foracchi, 1982; Gouveia, 1968). Entretanto, é durante os anos 1990 e 2000 que serão feitos estudos e pesquisas mais detalhadas sobre o perfil socioeconômico do ingressante na USP. Tendo como referência conceitual Pierre Bourdieu, Setton (2005) fez uma pesquisa nos cursos da área de Humanas na USP. Classificou-os em: “seletos” (Direito, Administração, Arquitetura, Rádio e TV, Editoração e Relações Públicas). Em extremo oposto, os “populares” (Pedagogia, Biblioteconomia, Letras, Geografia, Filosofia, História e Ciências Sociais). Entre ambos, figuravam os “intermediários.” Almeida (2009) procurou investigar a vivência ou “fruição” do que ele designou como “estudantes com desvantagens sócioeconômicas e educacionais”, concentrando nas dificuldades materiais e simbólicas dos alunos oriundos da escola pública no ambiente uspiano. Na mesma esteira, Tarabola (2012) explorou questões semelhantes.

Dessa forma, é a partir dos anos 2000 que a problemática da inclusão de alunos de mais baixa renda, negros e oriundos da escola pública se fará mais potente. No que tange às universidades públicas paulistas, posto que atuaram de forma conjunta nesta temática, o marco foi o ano de 2003. Naquele ano, no âmbito do CRUESP (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas), foi criado um Grupo de Trabalho voltado para elaborar propostas de ações afirmativas visando a ampliar a presença dos alunos egressos da escola pública e atenuar a discrepância acima apontada por Alfredo Bosi na abertura deste texto. A adoção de cotas foi discutida em seminários, nos Conselhos de Graduação e fora rejeitada, com o argumento de que a reserva de vagas seria contrária ao “mérito acadêmico” que alicerçava o acesso àquelas instituições de excelência acadêmica. (PENIN, 2008).

Metodologicamente, a partir de uma revisão dos estudos e pesquisas, análise documental dos programas e de entrevistas realizadas com pró-reitores de graduação e coordenadores dos programas, foi possível reconstruir historicamente as iniciativas de políticas de acesso. Ressalta-se que, nessa época, nas três universidades, com o objetivo de propiciar mais acesso a estudantes de baixa renda familiar, houve as seguintes ações: uma ampliação da oferta de vagas, com expansão dos cursos noturnos; a isenção da taxa de inscrição no vestibular e a criação de novas unidades nas três universidades. Na USP, em 2005, foi criada a USP Leste. Com efeito, extraímos que antes dos programas de bonificação adotados pela Unicamp e pela USP, um traço comum nas três universidades públicas estaduais paulistas foi o pensamento de que políticas de inclusão para alunos da escola pública ainda estava no horizonte de ampliar vagas, sem considerar características outras desses segmentos sociais.

Dentre as três, a USP foi a que formulou e tentou diversas experiências de inclusão,

com indas e vindas (“Embaixadores da USP”), descontinuidades (“Docentes Embaixadores”, “Programa Pré-Vestibular da USP”), abandono (“Pimesp”) e, por fim, implementação (“Inclusp”). Ao fim e ao cabo, a experiência alternativa de inclusão que vingou foi o INCLUSP - Programa de Inclusão Social da USP, que teve como inspiração o PAAIS - Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social, desenvolvido pela Unicamp em 2005. Aprovado em 2006, o INCLUSP começou a valer em 2007 e concedia bônus aplicado às notas da primeira e segunda fase do vestibular para alunos oriundos da rede pública de ensino médio e, também, para pretos, pardos e indígenas. A análise de documentos, artigos, relatórios e outros materiais do programa demonstrou uma evolução marcada por várias remodelações. Com o passar dos anos, aumentos sucessivos da bonificação foram realizados. Todavia, tais avanços no ingresso foram tímidos, com a ainda persistente baixa presença de estudantes da rede pública nos cursos mais concorridos, além da presença ínfima de candidatos pretos, pardos e indígenas, privilegiando estudantes com um perfil familiar de maior escolaridade e renda. (PIOTTO; NOGUEIRA, 2016). Como resultado, as políticas de bonificação não foram capazes de garantir uma maior igualdade no acesso a certas carreiras e para determinados grupos sociais. Assim, a partir de 2016, a USP, pela primeira vez, adotou, tal como as universidades federais faziam há certo tempo já o fazia, o Sistema de Seleção Unificada (SISU) – o qual utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio para ingresso. Entretanto, conforme pudemos pesquisar, tal adoção não foi consensual entre suas unidades naquele contexto, sofrendo resistências diversas em adotar forma alternativa ao vestibular tradicional feito pela Fuvest. Além disso, ao contrário do que ocorre atualmente, uma minoria de cursos adotou o chamado “bônus racial”, ou seja, o percentual destinado a pretos, pardos e indígenas. Faculdades tradicionais como Medicina, Escola Politécnica e Escola de Comunicações e Artes não adotaram nem o ENEM, nem tampouco o bônus racial.

O quadro atual é que, a partir de 2018, a USP passou a adotar a reserva de vagas de forma escalonada: no ingresso de 2018, foram reservadas 37% das vagas; em 2019, 40%; em 2020, 45% e no ano corrente, 50% das vagas por curso e turno. Nessa reserva também incide o percentual de 37,5% de cotas para estudantes autodeclarados PPI, índice equivalente à proporção desses grupos no Estado de São Paulo segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na inscrição do vestibular, tanto para a Fuvest quanto para o SisU, ao escolher sua carreira e seu curso, o vestibulando tem três opções: Ampla Concorrência (AC), Ação Afirmativa Escola Pública (EP) e Ação Afirmativa Preto, Pardo e Indígena (PPI). Em 2021, a USP registrou o índice de 51,7% de alunos matriculados oriundos de escolas públicas em seus cursos de graduação e, dentre eles, 44,1% autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI). Trata-se do maior percentual atingido pela Universidade desde o início da reserva de vagas aprovada pelo Conselho Universitário em 2017. Das 10.992 vagas preenchidas, 5.678 são alunos de escolas públicas e, desses, 2.504 são PPI.

Como se vê, avanços ocorreram, porém, desafios ainda permanecem nesses 4 anos da experiência de cotas: quando verificamos os tipos de escolas dos quais são provenientes, muitos são de escolas mais centralizadas ou egressos de cursos técnicos estaduais gratuitos, segmento de maior qualidade educacional. Referente aos dados socioeconômicos, verifica-se que quase a metade dos ingressantes (49,4%) possuem renda familiar bruta entre um e cinco salários mínimos e 50,6% têm renda acima dos cinco salários mínimos. Em contraste, alunos de renda mais baixa, de até um salário mínimo (até R\$ 1045,00) permanece com percentual baixíssimo (4,6%). Embora tenha aumentado o número de alunos autodeclarados PPI, os mesmos ainda não perfazem nem um terço do total do alunado (27,4%).

Referências

ALMEIDA, M. H. T. ET AL. Debate: Crise e reforma do sistema universitário. *Novos Estudos Cebrap*, nº 46, p. 143-167, nov. 1996

ALMEIDA, W. M. *USP para todos?: estudantes com desvantagens sócioeconômicas e educacionais e fruição da universidade pública*. SP: Musa/FAPESP, 2009b.

BOSI, A. Universidade pública brasileira: perfil e acesso. *Cadernos Adenauer*, n.6, p. 9-26, 2002.

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, P. (coord.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 481-486.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. -C. *Les héritiers, les étudiants et la culture*. Paris, Ed. Minuit, 1964.

_____. *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris, Ed. Minuit, 1970.

CARDOSO, R. C. L.; SAMPAIO, H. Estudantes universitários e o trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Ano 9, n. 26, p. 30-50, out. 1994.

DAUSTER, T. “Uma revolução silenciosa”: notas sobre o ingresso de setores de baixa renda na universidade. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 27., 2003, Caxambu, p. 1-22.

DESAUNAY, G. Les déclasses: les étudiants pauvres à l'université. In: A. Grass (org.). *Sociologie de l'éducation: textes fondamentaux*. Paris, Larousse, 1974, p. 195-206.

FORACCHI, M. M. O estudante universitário: resultados iniciais de uma investigação sociológica. In: *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 64-82.

GOUVEIA, A. J. Democratização do Ensino Superior. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 112, p. 232-244, jul./set. 1968.

LAHIRE, B. *Sucesso Escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 1997.

NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (orgs). *Família & Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis: Vozes, 2000.

PAVÃO, A. *Inclusão e Exclusão das Camadas Populares na Universidade: o papel da leitura e da escrita*. RJ, 2004. Tese (Doutorado) – Departamento de Educação, PUC/RIO.

PENIN, S. Pró-Reitoria de Graduação 2002-2005: reflexões. In: PEREIRA, Paulo C. X. P. (org.). *Vinte Anos da Criação das Pró-Reitorias na Universidade de São Paulo*. SP: Edusp, 2008, p. 75-96.

PIOTTO, D. C. *As exceções e suas regras: estudantes das camadas populares em uma universidade pública*. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

PIOTTO, D. C; NOGUEIRA, M. A. Incluindo quem? Um exame de indicadores socioeconômicos do Programa de Inclusão Social da USP. *Educ. Pesqui.*, SP, v. 42, n. 3, p. 625-649, jul. set. 2016.

PORTES, E. A. *Trajетórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre da UFMG: um*

estudo a partir de cinco casos. BH, 2001. Tese (Doutorado). FAE/UFMG.

SAMPAIO, H. (coord.); LIMONGI, F.; TORRES, H. *Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro*. SP: NUPES/USP, 2000.

SETTON, M.G.J. Um novo capital cultural: pré-disposições e disposições à cultura informal nos segmentos com baixa escolaridade. *Educação e Sociedade*, vol. 26, n. 90, p. 77-105, 2005.

SOUSA E SILVA, J. “*Por que uns e não outros?*”: caminhada de jovens pobres para a universidade. RJ: Sette Letras, 2003.

TARABOLA, F. S. Trajetórias de sucesso e longevidade escolar de estudantes das camadas populares na Universidade de São Paulo. In: SANTOS, G. G. dos; SAMPAIO, S. M. R. (Orgs.) *Observatório da vida estudantil: estudos sobre a vida e cultura universitárias*. Salvador: Edufba, 2012, p. 131-161.

VARGAS, H. M. *Represando e distribuindo distinção: a barragem do ensino superior*. RJ, 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, PUC.

VILLAS BÔAS, G. Seleção e Partilha: excelência e desigualdades sociais na universidade. *Teoria & Sociedade*, n. 7, p. 95-115, junho 2001.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 11, n. 32, p. 226-370, 2006.